

ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 18

Nº 50

Agosto/Dezembro/2006

CONTEÚDO

A Construção de Embarcações de Recreio na Grande Florianópolis	
<i>Leonardo Espíndola dos Santos e José Antônio Nicolau</i>	01
Produção Vestuarista na Grande Florianópolis: Trajetória do Emprego Formal e Dinâmica Intermunicipal	05
<i>Hoyêdo Nunes Lins</i>	
Microcrédito a Serviço da Paz (e da Economia)	11
<i>Wilson Vamerlati Dutra</i>	
Relação das Dissertações Defendidas no Curso de Mestrado em Economia da UFSC - - de Janeiro de 2002 a Novembro de 2006	15

A Construção de Embarcações de Recreio na Grande Florianópolis

*Leonardo Espíndola dos Santos**
*José Antônio Nicolau***

O Brasil é um país que conta com a sexta maior costa do planeta, além de centenas de rios, lagos e represas navegáveis. No entanto, seu potencial náutico ainda é pouco explorado. Santa Catarina, apesar de contar com geografia privilegiada, com belas baías e enseadas que serviram de refúgio para muitos navegantes, não foge a essa realidade. O objetivo deste artigo é apresentar alguns dados sobre o nascente setor produtor de embarcações de recreio existente na Grande Florianópolis, com base em pesquisa de campo realizada recentemente (Santos, 2006). Para melhor avaliar a potencialidade dessa nova indústria na região, é feita, preliminarmente, uma breve caracterização da indústria náutica no Brasil e nos principais países produtores.

A indústria náutica no Brasil e no Mundo

A indústria náutica é um segmento da indústria naval. Enquanto esta última é reconhecida normalmente como uma indústria pesada pela marcante presença de grandes estaleiros e pelo uso do aço e do ferro como matérias-primas, a indústria náutica é fragmentada e tem como principais matérias-primas a fibra de vidro e, em menor escala, a madeira. Além disso, a indústria náutica mantém processos produtivos ainda bastante artesanais e intensivos em mão-de-obra. A indústria náutica pode também ser dividida em conjuntos de atividades e produtos: além da construção das embarcações, reúne também a fabricação de motores náuticos, instrumentos, ferragens, velas, utensílios, vestuário, serviços e reparos; seus produtos diferenciam-se pela finalidade (embarcações de luxo, de competição, de recreio etc.), pelo tamanho, estilo e sofisticação técnica. Mas o grande potencial de geração de empregos está na articulação da indústria de construção com atividades náuticas de esporte, turismo e lazer.

Apesar de se tratar de indústria bastante difundida, alguns países merecem referência no mercado náutico mundial. Os Estados Unidos destacam-se pelo seu imenso mercado (maior mercado mundial), onde estima-se que 70 milhões de pessoas estão envolvidas com o lazer náutico. A produção mundial encontra-se bastante dispersa, cabendo destacar o posicionamento de mercado de alguns países. A Nova Zelândia, por exemplo, destaca-se pela excelente qualidade e grande variedade de seus produtos e pela qualificação dos seus recursos humanos, formando um verdadeiro arranjo produtivo em Auckland. Em todo o país, o setor congrega em torno de 1.300 empresas, com o emprego de cerca de 10 mil pessoas. Na Europa, os

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas/UFSC.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC.

principais países produtores e consumidores são: a França, que se apresenta como grande produtor e maior mercado europeu; o Reino Unido, segundo mercado europeu e grande produtor, destacando-se pelo alto investimento na formação de mão-de-obra, com mais de quatro mil empresas; e a Itália, que possui liderança em embarcações de luxo, com *design* consagrado.

O Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Construtores de Barcos e seus Implementos (ACOBAR, 2006), possui uma frota de aproximadamente 53 mil embarcações de recreio (acima de 14 pés), com 116 estaleiros de diferentes tamanhos, 654 marinas e garagens náuticas. Esse conjunto de atividades ligadas ao setor náutico emprega, segundo estimativas da AcoBAR, em torno de 117 mil pessoas. Cerca de 85% da frota brasileira destina-se a navegar em águas abrigadas (embarcações de até 32 pés ou 9,3 metros) e 90% encontra-se na área litorânea, mais da metade da qual situando-se nos litorais de São Paulo e Rio de Janeiro (particularmente no sul fluminense e norte paulista). Por sua vez, a Região Sul do Brasil abriga cerca de ¼ da frota náutica nacional.

A indústria náutica mundial tem crescido num ritmo mais rápido do que a média da economia. A construção de embarcações é somente uma parte do setor, que gera muito emprego, principalmente nas atividades associadas ao turismo náutico e nos serviços de operação e manutenção. Os países têm realidades distintas, com diferentes enfoques quanto a produtos e mercado. Em geral, a estrutura industrial é desconcentrada, mas há segmentos concentrados, com grandes empresas montadoras.

O setor de construção de embarcações de recreio na Grande Florianópolis

A história do setor de construção de barcos na Grande Florianópolis teve início no ano de 1980, quando um grupo de empresários uruguaios, que produzia embarcações em Montevideo, mudou-se para Florianópolis e fundou um estaleiro em São José. Com eles veio o conhecimento que haviam acumulado produzindo embarcações à vela para o mercado argentino, já utilizando fibra de vidro. Apesar do insucesso dessa empresa, ela disseminou o conhecimento na região, e os sócios não retornaram a Montevideo. Um deles iniciou negócio com escunas, sendo um dos precursores do turismo náutico em Florianópolis.

Santos (2006) identificou a existência de 13 empresas no setor de construção de barcos na Grande Florianópolis, das quais 10 empresas foram fundadas nos últimos 10 anos e, dentre essas últimas, seis surgiram no período 2000-2003. A tabela 1 apresenta a distribuição por tamanho e por número de empregados. Como a pesquisa de campo foi realizada nos meses de inverno, que é um período ruim de vendas, pode-se dizer que os números da tabela 1 sub-avaliam a efetiva geração de empregos diretos pelo setor. Como se observa na tabela, a região já conta com uma empresa média, que responde por 2/3 dos empregos. Não foram incluídos na pesquisa as oficinas e trabalhadores autônomos responsáveis pela fabricação de pranchas de *surf* e pela manutenção de embarcações.

Tabela 1: Setor de construção de barcos na Grande Florianópolis: número de empresas e empregos diretos por tamanho de empresa

Tamanho	Empresas		Empregos diretos	
	Nº	%	Nº	%
Micro	11	84,6	107	19,8
Pequena	1	7,7	70	12,9
Média	1	7,7	364	67,3
Total	13	100	541	100

Fonte: Santos (2006)

As empresas estudadas estão localizadas nos municípios de Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José. Os fundadores dessas empresas declararam que não escolheram a Grande Florianópolis para instalar seus negócios baseados em vantagens competitivas que a região oferece. As suas escolhas estão relacionadas ao motivo pessoal de ser este o local em que essas pessoas já viviam ou que escolheram para estabelecer residência. Essa informação sugere que as economias de aglomeração do setor náutico ainda não estão presentes de forma perceptível na região. O mercado local de trabalho especializado ainda tem dimensões reduzidas, bem como o comércio local de equipamentos, peças e componentes. Apenas a aquisição de insumos e matérias-primas é feita com frequência mais expressiva junto a fornecedores e representantes comerciais locais.

O mercado local é também importante para a venda de produtos, principalmente para as microempresas. Entretanto, há registro de exportação por cinco empresas (três micro, uma pequena e uma média). Entre as microempresas, uma vende toda a produção para a Grã-Bretanha, onde está a sede da empresa; outra exporta para os Estados Unidos, onde os sócios proprietários possuem outra fábrica; e a terceira exporta para o Uruguai. As empresas pequena e média exportam principalmente para diversos países da Europa (há registro de exportação para Itália, Espanha, Suécia, Alemanha, Noruega, França e Grã-Bretanha), mas o mercado norte-americano está tendo crescente importância.

Essas empresas exportadoras aproveitam a vantagem da sazonalidade, pois podem exportar para o hemisfério norte quando o mercado local desaquece no inverno, uma vez que produzir no inverno para vender no verão implicaria em custos financeiros elevados. Por sua vez, o mercado brasileiro é, ainda, pouco explorado pela indústria local, principalmente devido a dificuldades de financiamento e risco de inadimplência, além dos custos com frete. Esses custos reduzem a competitividade frente a produtores locais, principalmente no segmento de lanchas mais populares, pois o frete acaba tendo peso elevado na composição do preço final do produto. Nos segmentos de produto de maior valor, a possibilidade de comercialização é maior. De forma geral, a dificuldade que as empresas menores encontram para buscar mercados mais distantes da região da Grande Florianópolis, de um lado, e o problema da

sazonalidade, de outro lado, estão entre os fatores limitantes do crescimento das microempresas.

Por se tratar de processo produtivo semi-artesanal, a disponibilidade de mão-de-obra qualificada é um importante fator de competitividade. Entre os atributos desejados de qualificação, as empresas destacaram a escolaridade em nível superior e técnico, a capacidade de aprender novas qualificações, a disciplina, a criatividade e os conhecimentos práticos de produção. Mas a região não possui, ainda, qualquer curso técnico ou superior direcionado ao setor. As microempresas têm uma dificuldade adicional: enquanto as empresas de pequeno e médio porte (duas empresas) possuem profissionais como engenheiros e desenhistas contratados, trabalhando diariamente e trocando informações com o setor de vendas, a solução para as microempresas é pagar um engenheiro naval para assinar o que é necessário no caso de cada barco vendido, e copiar o que se consegue.

Em resumo, o setor de construção de embarcações de recreio náutico não tem barreiras à entrada significativas e tampouco enfrenta grande concorrência no mercado. Mas há grande potencial para diferenciação de produtos. Diferenciação, preço, qualidade e acesso a mercados são importantes fatores de competitividade, fatores que se apóiam sobretudo na qualificação da mão-de-obra. Qualificar os trabalhadores pode significar a consolidação do pólo náutico na Grande Florianópolis, uma região em que o lazer, o turismo e os esportes náuticos sempre figuraram como um segmento estratégico nas agendas e projetos de desenvolvimento. Articular as atividades de turismo e lazer com a estruturação de um setor de produção de barcos e acessórios é mutuamente vantajoso para os dois setores.

Referências

ACOBAR. *A importância social da indústria náutica*. Acobar Notícias. Disponível em: www.acobar.com.br. Acesso em 19 jun. 2006.

SANTOS, L.E. *Mercado emergente na Grande Florianópolis: a indústria de pequenas embarcações no setor de recreio náutico*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Ciências Econômicas (monografia), 2006.

Produção Vestuarista na Grande Florianópolis: Trajetória Recente e Dinâmica Intermunicipal

*Hoyêdo Nunes Lins**

A Grande Florianópolis é aqui assimilada ao conjunto formado pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José. Em termos históricos, a base econômica dessa área mostra-se estreita e estribada na condição de sede da administração pública estadual exibida pelo principal município. Todavia as últimas décadas registraram a expansão do setor de turismo e o florescimento, seguido de um certo adensamento, de atividades de alta tecnologia ligadas tanto a equipamentos como a *software*. Mas foram igualmente testemunhadas, desde os anos 80, medidas de organização e encorajamento de atividades de produção de artigos do vestuário, objetivando aumentar as possibilidades de geração de emprego e renda e contribuir para o desenvolvimento local.

Descortinando alternativas: “organização/institucionalização” do setor vestuarista

Muito do que se observou recentemente na produção de artigos para vestuário na Grande Florianópolis tem relação com iniciativa liderada pelo governo desse município em meados dos anos 80. Almejando ampliar as possibilidades locais no tocante ao emprego e à renda, a Prefeitura de Florianópolis concebeu e implementou projeto para promover os numerosos micro e pequenos fabricantes de roupas em operação no local.

Tratou-se de ação conjunta, pois, além da prefeitura, outras instituições tiveram participação. Cabe citar o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina, mesmo que os respectivos envolvimento fossem diferentes entre si, na forma ou na intensidade.

Um importante passo consistiu na criação, em dezembro de 1986, da Associação das Indústrias do Vestuário da Grande Florianópolis (ASSINVEST), idealizada para atuar na representação e defesa dos interesses do empresariado e na própria “organização” do setor. Outro movimento estratégico foi a abertura, em meados dos anos 90, de um curso de moda na Universidade do Estado de Santa Catarina: o Bacharelado em Moda – Habilitação em Estilismo, fruto da convergência de interesses ligados à indústria vestuarista na região.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC.

Iniciativas como essas, enfeixadas numa “institucionalização” do setor, foram acompanhadas por um rápido crescimento do número de empresas nos primeiros anos. Estudo do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis realizado no final da década de 80 indicou que, de fato, “em apenas três anos, 510 empresas de vestuário instalaram-se na região, gerando 7.260 novos empregos (...)” (PERFIL..., 1989, p. 62). Isso tonificou parque fabril que, cabe assinalar, produz principalmente artigos de moda, disponibilizando leque de oferta consideravelmente diversificado.

Condições macroeconômicas e comportamento do setor vestuarista local

A indústria em foco não foi poupada dos efeitos das mudanças macroeconômicas ocorridas no Brasil nos anos 90. A combinação entre queda nas alíquotas de importação, em curso desde o final dos 80, e política de câmbio valorizado, que vigorou na segunda metade da década de 90 como pilar do Plano Real, resultou em crescimento das importações de produtos do vestuário que chegou a afetar as condições de concorrência. Esses produtos originavam-se sobretudo de países asiáticos onde os custos de produção são muito reduzidos e a competitividade é em grande medida sustentada por preços baixos.

Agravado por problemas como retração do mercado, inadimplência em larga escala e as próprias dificuldades enfrentadas por grandes clientes (ilustradas pela concordata da Mesbla, cf. Baima, 1996), esse quadro provocou na área de Florianópolis o fechamento de várias empresas, numa crise em espiral que não deixou de reverberar na taxa de adesão à ASSINVEST. A tabela 1, abrangendo o período 1994-2004, dá pistas sobre tal situação, ainda que o retrato seja parcial tendo em vista que os dados dizem respeito tão-somente às atividades formais (sendo a informalidade no setor reconhecidamente elevada).

Entre 1995 e 2000, a quantidade de estabelecimentos da “indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos” da Grande Florianópolis apresentou trajetória de queda, sem qualquer recuperação. O encolhimento foi de quase 1/3 em relação ao patamar inicial (1995), o mais elevado da série. O volume de empregos, de sua parte, sofreu declínio superior a 25% entre 1994 e 1998, recuperou-se ligeiramente até 2001 (+7,1%) e seguiu com pequenas oscilações, sem nunca se aproximar do número registrado em 1994, o mais alto do intervalo observado.

Registre-se que as atividades específicas de “confecção de artigos do vestuário”, relativas ao Grupo 181 da classificação CNAE/95 de atividades econômicas, são as que têm maior participação nos dados apresentados, os quais abarcam toda a “indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos”. No período em foco, a contribuição dessas atividades específicas variou de 46% a 66% (em 1998 e 2004, respectivamente) com relação ao número de empregos, e de 70% a 77% (para 1996 e 1995, pela ordem) no que concerne à quantidade de estabelecimentos.

Observe-se ainda que, confrontados à totalidade da indústria de transformação da área, os dados agregados revelam um pronunciado declínio da “indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos”: em 1994, esta representava 19,5% do emprego formal e 24,1% dos estabelecimentos da indústria de transformação; em 2004 essas percentagens tinham caído para 11,1% e 16%.

Tabela 1 – Participação da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos no total da indústria de transformação na Grande Florianópolis– 1994-2004

Anos	Ind. têxtil, do vest. e artef. de tecidos		Indústria de transformação		A/C *	B/D *
	Empregos – 31/12 (A)	Estabelecimentos (B)	Empregos – 31/12 (C)	Estabelecimentos (D)		
1994	2.287	279	11.743	1.158	19,5	24,1
1995	1.879	315	11.082	1.256	16,9	25,1
1996	1.849	288	11.901	1.247	15,5	23,1
1997	1.727	275	13.590	1.345	12,7	20,4
1998	1.693	238	12.906	1.340	13,1	17,8
1999	1.698	230	13.882	1.382	12,2	16,6
2000	1.734	215	13.141	1.411	13,2	15,2
2001	1.813	238	13.646	1.476	13,3	16,1
2002	1.652	240	14.398	1.584	11,5	15,1
2003	1.667	247	15.265	1.592	10,9	15,5
2004	1.894	272	17.093	1.698	11,1	16,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) – vários anos

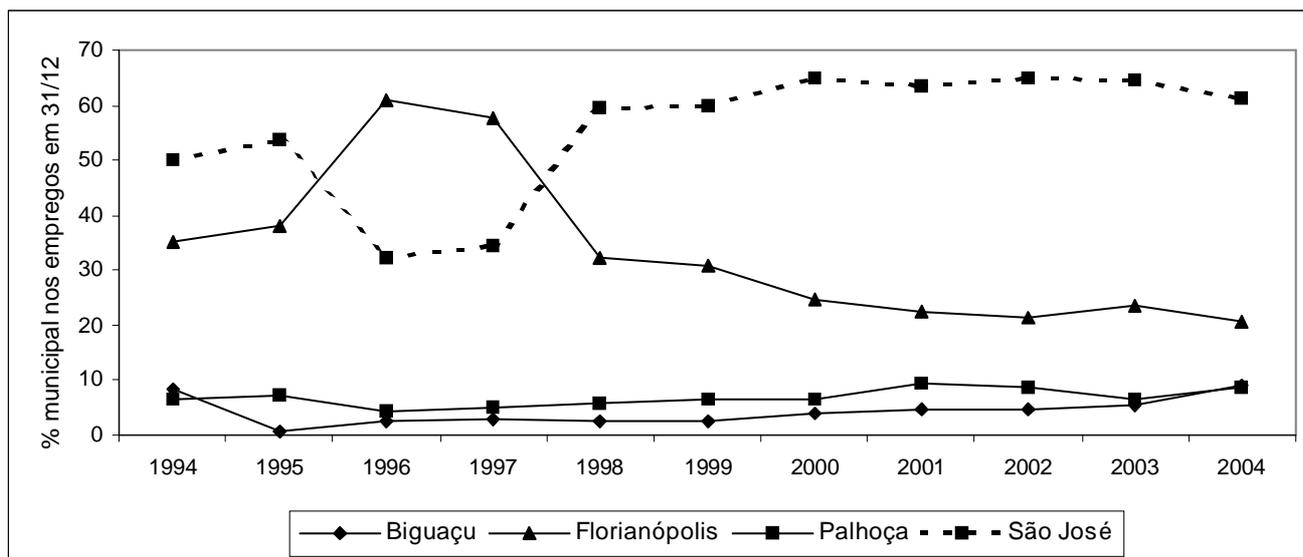
Obs: Por Grande Florianópolis entende-se o conjunto formado pelos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José; os dados correspondem ao somatório dos seguintes grupos de atividades da classificação CNAE/95: 171-Beneficiamento de fibras têxteis; 172-Fiação; 173-Tecelagem-inclusive fiação e tecelagem; 174-Fabricação de artefatos têxteis incluindo tecelagem; 175-Acabamento em fios, tecidos e artefatos têxteis, por terceiros; 176-Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, exclusive vestuário; 177-Fabricação de tecidos e artigos de malha; 181-Confeção de artigos do vestuário; 182-Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional.

Uma configuração espacial em mudança

Paralelamente ao declínio do emprego formal, ocorreu desde meados dos anos 90 uma nítida alteração na incidência espacial das correspondentes atividades em escala de aglomerado urbano. Conforme estampado na figura 1, a indústria “irradiou-se”, de uma certa maneira, na porção continental (o Município de Florianópolis situa-se quase todo na Ilha de Santa Catarina) da área: Biguaçu, Palhoça e, em primeiro lugar, São José tiveram aumentadas as suas participações nos empregos, contrastando com o mercado declínio de Florianópolis.

Essa mesma tendência perpassa o comportamento dos dados absolutos. Em Florianópolis, o emprego encolheu de um patamar que oscilava entre 800 e 1.130, até a metade dos anos 90, para uma situação inferior a 400 no começo da década seguinte. No tocante aos estabelecimentos, o recuo deu-se de uma escala com variação entre 160 e 180 para níveis situados entre 100 e 120, no mesmo período.

Portanto, orientada principalmente para o Município de São José, a “difusão” ocorreu em detrimento de Florianópolis. Vale assinalar que a população urbana do sub-conjunto formado por Biguaçu, Palhoça e São José cresceu 42,5% (contra 36,7% em Florianópolis) entre 1991 e 2000, e que em 2000 a renda *per capita* média desses três municípios era inferior à metade da renda *per capita* de Florianópolis (Atlas..., 2003). Isso não deixa de ser sugestivo, evocando o tema da sedução exercida pela oferta de mão-de-obra de salários mais baixos em atividades com elevada intensidade de trabalho.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – vários anos

Observações: conforme Tabela 1

Figura 1 – Participação percentual dos municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis nos empregos (em 31/12) da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos – 1994-2004

Que perfil no novo século?

Após a mudança no quadro cambial, no início de 1999, as condições tornaram-se menos adversas para o setor vestuarista local, como também deve ter acontecido em outras regiões. Os dados sobre empregos e estabelecimentos mostrados na tabela 1 indicam, de fato, uma certa tendência de recuperação (pouco pronunciada, é

verdade), ainda que a representatividade do setor no total da indústria de transformação não tivesse logrado reabilitação.

Entretanto, ao que parece, a crise não deixou de ter conseqüências. Pesquisa realizada no auge das dificuldades sugeriu que entre os agentes ligados à produção vestuarista firmara-se a convicção de que as empresas em atividade eram principalmente as que tinham conseguido, de alguma maneira, implementar estratégias e/ou fortalecer as estruturas em reação às circunstâncias da segunda metade dos anos 90 (Lins, 2002). Ou seja, a percepção era que algum grau de “depuração” tivera lugar.

Os dados da RAIS para o período 1994-2004 permitem observar que, a partir de 1997, a participação dos estabelecimentos com até 9 assalariados acusou diminuição e a presença relativa do estrato superior dos estabelecimentos de menor porte (de 10 a 19 empregados) foi ampliada. Isso espelha comportamento dos dados absolutos no qual se evidencia uma grande retração das unidades menores (com até 9 empregados), cuja quantidade despencou de 280 em 1995 (pico da série) para 180 em 2000 (nível mais baixo), numa redução de 36%. Tal fato não chega a sinalizar com uma reconfiguração ampla da indústria, mas é indicativo sobre os efeitos daquela conjuntura. De todo modo, em 2004 nada menos que 94,1% dos estabelecimentos apresentavam até 19 empregados; 4,4% tinham entre 20 e 49 empregados; 1,1% possuíam entre 50 e 99; e só 0,4% (correspondendo a um único estabelecimento, em São José) registravam de 250 a 499 assalariados.

Considerações finais

Impulsionada para ampliar a geração de empregos e renda na Grande Florianópolis, a indústria de vestuário local parece clamar por análises que avaliem as suas reais condições e vislumbrem as possibilidades futuras. Como se viu, os dados de empregos formais e estabelecimentos não autorizam grande otimismo; antes o contrário. Contudo trata-se, como é sabido, de setor onde, via de regra, a realidade da produção e do trabalho transcende largamente a fotografia proporcionada pelas estatísticas oficiais. Mesmo assim, se informalidade rima com forte precariedade, como soe acontecer, a conjectura de que o dinamismo real supera consideravelmente, em termos de significado para os trabalhadores, o que é insinuado pelos dados não deve provocar muito entusiasmo.

Uma coisa é certa: duas décadas após o início da “institucionalização” do que passou a ser chamado de “pólo confeccionista da área de Florianópolis”, cabe avançar no conhecimento da situação local, discutindo sua trajetória e avaliando criticamente as realizações e os problemas que a pontuam.

Referências

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

BAIMA, M. Setor de confecção vive a pior crise. *Diário Catarinense*, Florianópolis, Caderno de Economia, p. 6, 25 fev. 1996.

LINS, H. N. Aprendizagem e inovação em uma área de produção confeccionista no Sul do Brasil. In: SBRAGIA, R.; STAL, E. (Eds.). *Tecnologia e inovação: experiências de gestão na micro e pequena empresa*. São Paulo: PGT/USP, 2002, p. 3-25.

PERFIL sócio-econômico dos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, jul. 1989.

Microcrédito a Serviço da Paz (e da Economia)

*Wilson Vamerlati Dutra**

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito, salientando a importância, em todo o mundo, do acesso ao crédito produtivo das pessoas de baixa renda, via de regra excluídas do sistema financeiro tradicional. Esse reconhecimento da ONU deu ao microcrédito o seu verdadeiro status, a saber, o de uma atividade que visa o desenvolvimento das sociedades, em busca de um mundo com menos desigualdades sociais.

Mesmo tendo partido da ONU esse reconhecimento, parece que o ato não teve o mesmo impacto junto à sociedade que o da confirmação, semanas atrás, de que o economista bengalês Muhammad Yunus e o Grammen Bank (fundado pelo próprio Yunus) dividiriam o Prêmio Nobel da Paz de 2006. Isso tem a ver, possivelmente, com o fato de a imagem da ONU estar desgastada, tendo em vista a sua inércia quanto ao posicionamento frente às barbáries que vêm acontecendo no mundo, principalmente na África e Iraque, mas também, talvez, em virtude da própria história do Prêmio Nobel da Paz, freqüentemente considerado com muito respeito e admiração por aqueles que o recebem e pela comunidade internacional.

Mas o que é, afinal, o Prêmio Nobel?

Quando o sueco Alfred Bernard Nobel, no ano de 1895, deixou expresso em testamento que todos os seus recursos financeiros deveriam ser investidos em títulos seguros, objetivando a criação de um fundo a ser distribuído anualmente em partes iguais – como prêmios para quem tivesse se destacado durante o ano nos campos da Física, Química, Medicina, Literatura e Paz, em benefício da humanidade –, provavelmente não imaginou a magnitude que tal recompensa alcançaria em termos mundiais. Para o Prêmio da Paz, diz o testamento do sueco (cf. Nobel, 1895) : “...e uma parte para a pessoa que deverá ter feito mais ou melhor trabalho para a fraternidade entre as nações, para a abolição ou redução de exércitos permanentes e para conservação e estímulos de congressos de paz.” No ano de 1900 foi criada a Fundação Nobel e já em 1901 os prêmios começaram a ser entregues.

Em 1968 foi instituído, pelo Banco Central da Suécia, o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, que passou a ser identificado como Prêmio Nobel da Economia. Essa identificação não é aceita pelos descendentes de Alfred Nobel, tanto assim que o prêmio (no mesmo valor dos outros prêmios) é pago com dinheiro público do Banco Central da Suécia e não pela Fundação Nobel.

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas/ UFSC e Gerente da Instituição de Microcrédito Solidário Crediconfiança em São José/SC.

Mesmo assim, a comunidade internacional considera essa recompensa como o sexto Prêmio Nobel.

Muitas pessoas notáveis e diversas entidades (o Nobel da Paz permite que também sejam premiadas entidades) receberam o Prêmio Nobel da Paz nesses 105 anos de outorga. Cabe citar, entre outros, os nomes de Martin Luther King (1964), Madre Teresa de Calcutá (1979), Dalai Lama (1989), Mikhail Gorbachev (1990), Nelson Mandela (1993) e a instituição intitulada Médicos sem Fronteiras (1999). Note-se que por 19 vezes o prêmio não foi atribuído, principalmente nos anos das duas guerras mundiais. Em outros momentos, chegou a ser compartilhado por duas e até três pessoas, como aconteceu em 1994, quando foi dividido entre o líder da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat (Palestina), o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, e o Primeiro Ministro Yitzhak Rabin, também de Israel, por terem levado a bom termo os Acordos de Paz de Oslo.

Um breve relato sobre a trajetória de Yunus, ganhador, como se falou, do Prêmio Nobel da Paz de 2006, faz-se necessário neste momento. Para isso, deve-se retornar ao final da década de 60, quando Yunus foi aos Estados Unidos fazer doutorado em economia e acabou se tornando professor em universidades americanas. Depois de ter passado algum tempo na América do Norte, Yunus retornou a Bangladesh e observou que a teorização em economia, pelo menos nos seus eixos mais explorados e de maior visibilidade, não se encontrava elaborada de modo a ter utilidade no atendimento das necessidades das populações pobres do seu país.

Essa constatação estimulou Yunus a adotar procedimentos práticos com respeito ao quadro desolador encontrado. Com esse espírito, o personagem em questão empreendeu ações no intuito de conseguir, junto às instituições financeiras locais, a destinação de recursos para empréstimos aos contingentes pobres. As dificuldades enfrentadas acabaram, no entanto, fazendo-o fundar o hoje mundialmente assinalado Grammen Bank (Banco das Aldeias), em 1976. Na esteira dessa iniciativa, Yunus tornou-se amplamente conhecido como o “Banqueiro dos Pobres”, tendo criado o conceito de MICROCRÉDITO, que se refere à concessão de créditos de pequenos valores às populações carentes, de baixa renda. O objetivo, na implementação do microcrédito, não é outro senão o de promover a criação e a manutenção de empregos e a geração de renda nas comunidades mais necessitadas, incentivando o empreendedorismo principalmente junto às mulheres.

Poder-se-ia gastar várias páginas relatando e exaltando a iniciativa desse autêntico Nobel da Paz, cujo prêmio foi concedido sob a justificativa – por parte do comitê que define o vencedor da premiação – de que havia que reconhecer (cf. o The Norwegian Nobel Committee) os “seus esforços para gerar desenvolvimento econômico e social a partir de baixo... O desenvolvimento a partir da base também contribui para o avanço da democracia e dos direitos humanos”. Assinale-se que para conhecer a obra de Muhammad Yunus e o funcionamento do Grammen Bank com

um certo nível de detalhes, é importante se reportar ao livro escrito pelo próprio Yunus, intitulado, justamente e sugestivamente, “O Banqueiro dos Pobres”.

Voltando ao fato da premiação, vale referir ao seguinte aspecto: nunca alguém ganhou dois prêmios Nobel distintos, como, por exemplo, o prêmio de Física e o prêmio da Paz. Será que Muhammad Yunus será o primeiro a realizar este feito, ganhando o da Paz e o de Economia? Motivos para tanto existiriam, certamente, mas poderá ser Yunus reconhecido também como Nobel de Economia, em futuro próximo ou remoto?

Uma ocorrência desse gênero seria importante, dado o alcance da “obra econômica” de Yunus, com a irrevogável opção pelo problemas dos mais carentes. Entretanto, isso parece pouco provável, como as informações abaixo sobre a premiação do Nobel não deixam dúvidas.

Analisando os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, nesses 38 anos de premiação, percebe-se que 58 pessoas foram laureadas. Dessas 58 pessoas, apenas em 1998 alguém de um país não pertencente ao “centro” do sistema capitalista mundial logrou ser premiado. Trata-se do economista indiano Amartya K. Sen. Só os ganhadores norte-americanos somaram 39 indicações como vencedores.

Outro aspecto que não permite muitas ilusões, sobre a possibilidade de alguém que criou o conceito de microcrédito ganhar o prêmio de Economia, é que muitas pessoas vêem o microcrédito tão-somente como assistencialismo social. Isso é claramente um equívoco. Sua finalidade social é muito clara e bem definida, e isso permite afirmar que, definitivamente, não se trata de empreendimento assistencialista.

Mas compreende-se que se constitui num grande desafio ser compreendido e identificado a um modelo alternativo de crédito produtivo e orientado. Para aplicar os conceitos econômicos que permeiam esse tipo de iniciativa seria necessário, talvez, julgar e condenar uma boa parte das políticas econômicas concebidas e implementadas mundo afora. Portanto, é mais fácil – e menos desafiador – posicionar o microcrédito somente na área social, confinando a premiação a esse terreno. Isso evita a incômoda contestação de paradigmas, algo que, de alguma forma, mostrar-se-ia necessário para o reconhecimento de Yunus também no campo da economia, algo essencial para encaminhar uma possível premiação com o Nobel nessa disciplina.

Mas talvez seja precipitado não acreditar que uma tal premiação possa acontecer. Continuar o trabalho sobre o assunto, difundindo o microcrédito e alimentando o interesse em torno dele, mediante a exaltação do seu sucesso, é algo que merece o esforço de quem labuta e milita nesse terreno. O tempo vai provar (se ainda é necessário provar...) que a economia deve servir para promover as condições de vida da sociedade como um todo, e não para reforçar a divisão socioeconômica, com rupturas que agridem o senso comum, como a da indecente exclusão dos que são forçados a viver “abaixo da linha da pobreza”.

Sobre a pobreza, a propósito, vale a pena ouvir o que tem a dizer Yunus: “Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso... Pensem nisso” (Yunus; Jolis, 2001, p. 9-10).

Referências

NOBEL, A. N. *O Testamento de Alfred Nobel*. Paris: 1895. Disponível em: <http://www.nobelpris.org/portugues/index.htm#will>, Acesso em: 20 nov. 2006.

THE NORWEGIAN NOBEL COMMITTEE. *The Nobel Peace Prize for 2006*. Oslo: 2006. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/press.html, Acesso em: 20 nov. 2006.

YUNUS, M.; JOLIS, A. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2001.

**Relação das Dissertações Defendidas no Curso de Mestrado em
Economia da UFSC
– de Janeiro de 2002 a Novembro de 2006 –**

ALUNO	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	ANO
Alexandre Roberto Lages	O padrão de concorrência atual do setor supermercadista da cidade de Pontas Grossa (PR)	2002
Nelson da Silva	Políticas Fiscal e Monetária no Contexto da Competição Imperfeita.	2002
Ângelo Luiz Marius Legat	Reestruturação produtiva e políticas públicas de emprego e renda no Brasil: o caso do Plano Estadual de Qualificação do Paraná no período 1996/2000.	2002
Alcione do Carmo Madalosso Vieira	Cadeia Agroindustrial do Trigo: a situação da triticultura brasileira e a contribuição do Estado do Paraná – estudo sobre elos selecionados	2002
Reinaldo dos Santos	Análise da estrutura da governança e do processo de cooperação da Rede de Fornecedores parceiros da Renault do Brasil AS - Paraná	2002
Cibele Peres Ribeiro	O impacto das inovações incorporadas ao processo de trabalho sobre a qualificação do trabalhador: um estudo de caso em uma indústria de autopeças instalada no município de Ponta Grossa (PR)	2002
Paulo César Machado Lemos	O trabalhador da Indústria Automobilística paranaense	2002
Olimar Carlos de Souza	Avaliação dos Recursos Hídricos do Paraná frente às suas perspectivas de evolução demográfica e econômica até 2015	2002
Luiz Fernando Lara	Os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho: um estudo de caso da percepção dos trabalhadores em uma empresa do setor de bens de capital	2002
Jefferson da Cunha	Hipótese de mercados Eficientes: utilização de padrões candlesticks e simulação bootstrap	2002
Carlos Tadau Kawamoto	Incidência Tributária e Competitividade do Setor Aeroviário Brasileiro	2002
Silvia Ferreira Nunes	Estudo da integração entre os mercados através de índices de ações	2002
Marcelo Driemeyer Wilbert	O Mercosul e a Teoria dos Jogos: um estudo introdutório	2002
Paulo da Cruz Correia	A indústria de calçados no vale do rio Tijucas/SC: uma abordagem à luz do debate sobre aglomerações produtivas especializadas	2002
Ricardo Henschel	O setor têxtil-vestuarista de Brusque diante das mudanças econômicas dos anos 1990: uma abordagem a luz da noção de eficiência coletiva	2002
Luiz Augusto F. F. Maluf	A evolução das teorias de organização industrial e seus determinantes na configuração da estrutura da indústria e conduta das firmas	2002
Rosa Cristina Hoffmann	O segmento da Malharia de Imbituva – (PR) Frente às mudanças recentes na economia brasileira: uma abordagem à luz do debate sobre os sistemas localizados	2002
Joel Larocca Junior	Desenvolvimento industrial de Ponta Grossa (PR): avaliação e perspectivas	2002
Maurício de Carvalho	Relação de produção entre a Cooperativa Batavo e os produtores de leite de Carambeí - PR	2002
Sandro Eduardo Grisa	O capital como negação das relações mercantis	2002

Adriano de Amarante	Competição Fiscal no Brasil: uma abordagem da teoria dos jogos	2002
Daniel Mello	Análise das condições competitivas da indústria de papel de embalagens do Estado de Santa Catarina	2002
Breno José Loebens	Produtor Agrícola Familiar e a Centralização do Capital: Tunápolis/SC	2002
Ronaldo Teixeira Onzon	Análise da Cadeia Produtiva do Feijão em União da Vitória-PR e Região	2002
Josiane Bendlin	A Lei de Responsabilidade Fiscal e os Efeitos sobre a Gestão Fiscal: estudo de caso em municípios do Estado do Paraná	2002
Rosângela Aparecida da Silva	Reestruturação produtiva e efeitos sobre o trabalho: problemática geral e estudos de caso na indústria confeccionista de Jaraguá do Sul	2002
Guilherme de Araújo Andrade	Dinâmica Competitiva das Micro e Pequenas Empresas do Cluster Industrial Têxtil-Vestuário do Vale do Itajaí	2002
Márcio Rogério de Oliveira	Projeto de Cooperação ACIs - HWK Impacto nas ACIs e nas Micro e Pequenas Empresas Participantes dos Núcleos Setoriais das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina 1991 - 2000	2002
Philippe Tshimanga Kabutakapua	Metas de Inflação: Uma Análise comparativa entre Mercados Emergentes da América Latina	2003
Maurício Simiano Nunes	A Relação entre o Mercado de Ações Brasileiro e as Variáveis Macroeconômicas no Período Pós-Plano Real	2003
Fabiano Rodolfo	Agricultura Familiar e Migrações na Microrregião do Tabuleiro - SC	2003
Carlos Augusto Corrêa Nunes Viana Oliveira	O surgimento das estruturas híbridas de governança na indústria de energia elétrica no Brasil: A abordagem institucional da economia dos custos de transação	2003
Cássio Robin Portes	Cadeia Apícola Paranaense e na Região de União da Vitória diante das novas demandas de mercado	2003
Ernani Edvino Sabai	O Fundo Monetário Internacional e o Brasil: uma abordagem das várias fases de seu relacionamento (entre 1945 e 2002)	2003
Roberto Mendes Rodrigues	Um estudo do ambiente que influencia as relações interagentes na indústria da madeira da região de União da Vitória	2003
Hermine Luiza Schreiner	Estratégia de crescimento da Empresa Pormade nos últimos dez anos	2003
José Pedro Ramos	Cadeia Agroindustrial da batata: competitividade, organização, dinamismo e reestruturação diante do novo ambiente econômico globalizado	2003
Suely Teresinha Martini	A competitividade da Micro e Pequena Empresa Madeireira na Região do Vale do Iguaçu: suas potencialidades e fragilidades	2003
Ivo Tonon	Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: uma avaliação do sistema de gestão da Companhia Paranaense de Energia - COPEL	2003
Noêmia O. Nakalski	Análise das características do processo de reestruturação tecnológica e organizacional da Companhia de Saneamento o Paraná (SANEPAR)	2003
Clóvis Roberto Gurski	Análise do Posicionamento da Empresa Baldo S/A na obtenção da matéria-prima erva-mate	2003
Fabiano Rodrigo Casiraghi	Reputação do Banco Central: uma análise através da teoria os jogos	2003
Adriana Martins de Souza	Criação e Desvio de Comércio no Mercosul – Período de 1991 a 2000	2003

Wolney Roberto Carvalho	Uma redefinição teórica do conceito “Capital Financeiro” e sua relação com a dívida pública e com a classe trabalhadora	2003
Josué Martins	Notas para discussão acerca da hierarquização das relações interestatais na economia-mundo capitalista	2003
Lisandro Fin Nishi	Adesão aos níveis de governança corporativa da Bovespa: um estudo de evento	2003
Marcus Flávio Sousa Lima	Os determinantes dos fluxos mundiais de comércio de carne de frango	2003
Graciela Alessandra Della Rocca	Avaliação das Instituições de Pesquisas Tecnológicas no Setor Têxtil - Vestuário do Vale do Itajaí - SC	2003
Mário Norberto Slomp	Cadeia Agroindustrial do Leite: As Mudanças no Ambiente Competitivo e as Novas Demandas para o Segmento da Produção	2003
Alvaro Desidério da Luz	Leilões de Espectros de Frequência no Setor de Telecomunicações: Um Estudo Comparativo	2003
Cristiano Trindade de Angelis	Um Estudo sobre os Filtros Hodrick - Prescott e Baxter - King	2004
Manfredo Meyer	Os Determinantes Microeconômicos das Exportações do Pólo Moveleiro de Santa Catarina	2004
Rosali Sabota Guimarães e Silva	Análise Econométrica de Fronteira de Eficiência Técnica	2004
Luciano de Castro Pereira	O Risco Operacional em Instituições Financeiras e a Influência de Fatores do Ambiente Externo	2004
Marcelo Arend	Desenvolvimento e Desequilíbrio Industrial no Rio Grande do Sul: Uma Análise Institucionalista e Neo-Schumpeteriana Evolucionária	2004
Eva Yamila A. da Silva Catela	Indústria das Telecomunicações na Argentina: Privatização, Desregulação e Concentração do Capital	2004
Marcelo de Freitas Machado	A Introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal no Contexto da Reforma do Estado: Uma Análise dos Resultados dos Governos Estaduais	2004
Eduardo Freiburger Zandavali	O Capital : Limite da Produção Capitalista	2004
Márcio da Paixão Rodrigues	Esforço Fiscal Próprio dos Municípios Catarinenses e Transferências Intergovernamentais	2004
Fabiano Geremia	Dinâmica Competitiva e Processos de Aprendizagem do Arranjo Produtivo Moveleiro da Região Oeste de Santa Catarina	2004
Márcio Moraes Rutkoski	O Papel das Crises para a Teoria de Marx Sobre a Derrocada do Capitalismo	2004
Ana Paula da Silva de Barcellos	A Evolução das Cooperativas de Trabalho no Brasil: Uma Resposta à Atual Fase de Transição do Sistema Mundo Capitalista	2004
Fábio Stallivieri	Dinâmica Econômica e a Inserção de Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Prdutivos Locais: O Caso da Eletrometal-Mecânica na Microrregião de Joinville/SC	2004
José Tavares de Borba	Análise da Eficiência Técnica das Linhas de Produção de Blocos e Cabeçotes da Tupy Fundições	2004
Alessandro Vicente Custódio	MPEs Inseridas em Arranjos Produtivos Locais - Um Estudo de Caso da Malacocultura na Grande Florianópolis / SC	2004
Sidney Soares Chaves	Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais: Um Estudo do Setor Pesqueiro da Foz do Rio Itajaí-Açú / SC	2004
Janaína Rodrigues	Arranjo Produtivo de Materiais Plásticos na Região Sul de Santa	2004

Scheffer	Catarina: Um Estudo Sobre a Capacitação Tecnológica das Micro e pequenas Empresas	
Nilton Calzia França	Análise do Trabalho Escravo no Brasil a partir da Teoria do Sistema-Mundo	2004
Jeanine Batschauer	Arranjo Produtivo Eletrometal-Mecânico da Microrregião de Joinville/Santa Catarina: Um Estudo da Dinâmica Institucional	2004
Glaison Augusto Guerrero	A Avaliação da Dinâmica dos Processos Inovativos das Micro e Pequenas Empresas no Arranjo Produtivo Calçadista da Região de Birigui/SP	2004
Rogério Antônio Enderle	Avaliação da Capacitação Tecnológica no Arranjo Produtivo Madeireiro da Região do Vale do Iguaçu - SC/PR	2004
Breno Marques Lopes de Oliveira	A produção de alimentos orgânicos pela rede de pequenas agroindústrias familiares da AGRECO em Santa Rosas de Lima e Rio Fortuna - SC	2004
André Alves Portela Santos	Previsão Não-Linear da Taxa de Cambio Real/Dólar Utilizando Redes Neurais e Sistemas Nebulosos	2005
Fernando Motta Correia	Política Fiscal e Sustentabilidade da Dívida Pública: Uma Análise para o Período Pós 1994 no Brasil	2005
Marlene Marchena Bielschowsky	Um Teste do ICAPM para o Mercado Acionário Brasileiro	2005
Vanderlei Sartori	Teste de Causalidade e de Características Comuns nas Séries de Ações Domésticas e Seus Respetivos ADRs	2005
Eugênio da Silva Pavão	Formação, Estrutura e Dinâmica da Economia do Mato Grosso do Sul no Contexto das Transformações da Economia Brasileira	2005
Nestor Paulo Palácios Torres	Integração Espacial e Eficiência no Mercado de Boi Gordo	2005
Luiz Otávio Gomes de Oliveira	Análise Multivariada Entre o Mercado Acionário e Algumas Variáveis Econômicas: Período 1968 a 2003	2005
Adroaldo Alves Martins	Socioeconomia Do Carvão Em Santa Catarina: Uma Contribuição Ao Estudo De Sua Trajetória	2005
César Medeiros Cupertino	Fluxo de Caixa, Lucro Contábil e Dividendos: Comparação de Diferentes Enfoques na Avaliação de Empresas Brasileiras	2005
Adriana Kirchof de Brum	Estudo Sobre a Relação Institucional e Capacitação Tecnológica da Rede de Fornecedores da Indústria Cerâmica de Revestimento da Região Sul de Santa Catarina	2005
Rimenez Tuon	Analisando os Determinantes Macroeconômicos do SPREAD Bancário na América Latina: Um Estudo de Dados em Painel	2005
Rosali Ebertz	Avaliação das Condições Competitivas da Indústria Cerâmica de Revestimento da Região Sul de Santa Catarina	2005
Jales Dantas da Costa	Crise da Hegemonia ou Novo Império Norte-Americano? Um confronto entre a Economia Política dos Sistemas-Mundo e a nova Economia do Sistema Mundial	2005
Marcelo Morgado de Sá	Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) no Brasil: uma análise gravitacional	2006
Thiago Roberto Magalhães Veloso	Aplicabilidade do Regime de Metas de Inflação nos Países Emergentes: uma análise de controle ótimo em sistemas econômicos dinâmicos	2006
Joseph A Lacey	Fusões e Aquisições Internacionais: um estudo de caso brasileiro	2006
Samya Campana	A Emancipação Humana a partir da Síntese Histórica do Desenvolvimento das Forças Produtivas: o sistema de laboratório	2006

Pablo Bittencourt	Felipe	Dinâmica da Inovação e Arranjos Produtivos Locais: uma análise da distribuição da atividade industrial em Santa Catarina	2006
Bruno Freitas Nahon		A Reação do Mercado de Capitais Brasileiro à Política Monetária sob o Regime de Metas de Inflação	2006
Simone Cazarotto		Testes de Raiz Unitária em Modelo Painel: uma aplicação à teoria da paridade real dos juros na América Latina	2006
Felipe Amin Filomeno		Brasil e Argentina nos quadros da Economia-Mundo Capitalista: dívida externa e política econômica (1870 - 1930)	2006
Marcos Miqueleti	Antônio	Fundamentos Teóricos e Política Econômica: a matriz macroeconômica e as proposições pós-keynesianas para um novo regime de política no Brasil	2006
Airton Zanghelini	Nagel	As Reformas Previdenciárias e o Papel do Estado no Cone Sul	2006
Julia Paranhos de Macedo Pinto		Estrutura do Conhecimento e Dinâmica do Aprendizado em Processos de Incubação de Empresas: estudos de caso na incubadora CELTA em Florianópolis	2006
Ivoneti da Silva Ramos		Mulheres no Terceiro Setor da Economia: o mito da emancipação feminina	2006
Gabrielle Pagliusi Paes de Lima		Imposto Cambial	2006
Jorge Harry Herzer		A Contabilidade no Contexto Internacional e no MERCOSUL: harmonização técnica, princípios e demonstrações contábeis	2006
Wilson José Watzko		Estratégias de Crescimento e Internacionalização: um estudo de caso	2006
Márcia Viviane Grossl		A Tributação sobre a Renda da Empresa no MERCOSUL	2006
Natalia Marcassa de Souza		Arranjo Produtivo de Revestimento Cerâmico da Região Sul de Santa Catarina: um estudo da competitividade sistêmica local sob o enfoque evolucionista	2006
Caio Nór Günttler		Eficiência Informal no Mercado de Ações Brasileiro: análise de cointegração e casualidade de Granger	2006
Gustavo Manfrim	Gonçalves	Elasticidades da Demanda em Telefonia Fixa	2006
Cíntia Maísa Bender		Estudo da Competitividade da Cadeia Apícola de Santa Catarina: ênfase na análise da dinâmica competitiva do segmento produtor e precessador da cadeia	2006
Reinaldo de Almeida Coelho		Níveis de Educação, Capital Humano e Crescimento Econômico no Brasil: um estudo sobre as relações de causalidades	2006
Mirian Kaminishi		O Comportamento Monetário na Economia-Mundo Capitalista entre os Séculos XVII-XVIII: a contribuição da periferia atlântica sul	2006
Dilma Maria Teodoro		A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro e os Reflexos de uma Empresa Estatal: um estudo de caso nas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	2006
Gustavo Fabiano da Costa		Uma Comparação das Transformações na Política da Previdência Social no Brasil e Chile sob a Perspectiva da Economia-Mundo no período pós-1970	2006
Fabio Althaus		Teoria Fiscal do Nível de Preços: um teste empírico para a economia brasileira a partir de choques estruturais	2006

.....

**Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage www.cse.ufsc.br/gecon

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), João R. Sanson e Roberto Meurer.*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*
Apoio: *Centro Sócio-Econômico*